

# FOLHA DE S.PAULO

[CORONAVÍRUS](#)

## **BNDES prepara novo crédito emergencial com participação da União em até R\$ 20 bi**

Empréstimos para micro, pequenas e médias empresas vão usar um fundo garantidor de risco

29.abr.2020 às 17h52

**Fábio Pupo Julio Wiziack**  
BRASÍLIA

O governo federal prepara um novo programa de crédito voltado a micro, pequenas e médias empresas a ser operado pelo **BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)**.

Os empréstimos vão usar um fundo garantidor de risco com participação da União. A iniciativa poderá destinar até R\$ 20 bilhões de recursos do Orçamento ao programa.

O governo deverá criar o plano por meio de uma MP (medida provisória).



- Sergio Moraes - 8.jan.2019 /REUTERS

O texto também retiraria amarras existentes hoje na legislação para a atuação de fundos voltados a empresas de menor porte que recebam recursos da União. A iniciativa possibilitaria no total até R\$ 125 bilhões em crédito movimentado, dizem os técnicos.

O programa foi visto como necessário porque o acesso ao crédito [se deteriorou durante a crise do coronavírus](#) e permaneceu dificultado mesmo com iniciativas já lançadas por Ministério da Economia e Banco Central.

Entre elas, estão a redução dos compulsórios dos bancos (percentual de recursos que as instituições financeiras precisam manter nos cofres sem emprestar).

A equipe econômica avalia que a crise congelou a liquidez nos mercados de crédito e fez bancos ficarem receosos de uma inadimplência generalizada.

O entendimento é que as instituições financeiras estão limitando o acesso aos recursos e deixando as empresas menores sem dinheiro. Isso pode gerar grande número de falências.

A medida foi uma sugestão da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que afirmou ao governo que era preciso ampliar as opções de garantias às empresas e com isso mitigar nos bancos a aversão ao risco.



A ala militar do governo, liderada pelo general Braga Netto (Casa Civil), considera que a economia não vai se recuperar quando o isolamento acabar,

sendo necessário investimento público para gerar empregos rapidamente. O plano foi rejeitado por Paulo Guedes (Economia).



Braga Netto quer que o plano seja implementado por, ao menos, dez anos. No entanto, a ala militar diz que não se trata de um novo PAC (da ex-presidente Dilma Rousseff), porque corrigirá todos os desvios que levaram a um aumento do déficit público e à paralisação das obras previstas.

Entre as ações está previsto o uso de recursos orçamentários contingenciados para a retomada de cerca de 70 obras pelo país com custo estimado de R\$ 30 bilhões ao longo de três anos.

Haverá projetos nas áreas de energia e mineração, desenvolvimento regional, transporte, logística e telecomunicações.

Ainda em aberto, envolverá a indústria, agronegócio, serviços e turismo na busca de ações do estado para esses setores da economia.

Parcerias, especialmente com entidades do Sistema S, deverão levar adiante um plano de capacitação de mão de obra.

Várias empresas, defende a entidade, não têm garantias reais e os fundos precisam compensar o crescimento das exigências pelo risco de inadimplência ou calote.

Apesar de já existirem esses instrumentos, como o Fundo de Garantia de Investimentos (FGI, do próprio BNDES), a visão é que a atual cobertura oferecida é insuficiente.

A MP vai expandir as possibilidades do fundo para cobrir riscos de diferentes naturezas em operações de crédito, como inadimplência, performance e variação de taxas de juros.

O texto ainda vai permitir a garantia por carteira.

Para limitar a exposição garantida pelo programa, a MP vai estabelecer que a cobertura da inadimplência suportada pelo banco seja limitada a até 50% das perdas da carteira garantida composta por operações **com microempreendedores individuais e microempresas**. O limite será de 30% nas demais operações de crédito.

Segundo os técnicos, a existência de um percentual máximo de cobertura vai balancear os interesses entre o banco e o garantidor.

Os níveis em discussão são mais elevados do que os limites máximos de 7% hoje usados em outros fundos (como o FGI, do próprio BNDES, e o Fampe, do Sebrae).

A justificativa é o momento de aversão dos credores a risco.

A MP irá extinguir, para o programa, a obrigação de bancos integralizarem cotas para contratar a garantia. O entendimento é o de que credores teriam dificuldade ou mesmo impossibilidade de subscrever cotas de um programa nas atuais condições.

O prazo para contratações no programa será até 31 de dezembro de 2020. De acordo com as premissas usadas pelos técnicos, estima-se que a medida possa preservar até 13,5 milhões de empregos.

A proposta, no entanto, gera um alerta. As perdas aportadas pela União da forma como estão sendo discutidas podem alcançar todos os recursos investidos, pela situação de incerteza na economia.

Nas discussões, **o ministro Paulo Guedes (Economia)** ainda quer reforçar o FGI para atender as empresas com faturamento acima de R\$ 10 milhões.

Se houver perda nas operações, até 20% do prejuízo no crédito, quem paga é o Tesouro.

Outras medidas de crédito estão sendo estudadas.

O Banco do Brasil, por exemplo, conversa com o Ministério da Economia sobre um aporte de R\$ 15 bilhões do Tesouro para o FGO (Fundo de Garantia de Operações) para operações voltadas a empresas optantes do Simples Nacional, regime simplificado de impostos.

Nesse caso, o Tesouro assumiria 85% do risco, e o BB, os 15% restantes.

<https://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2020/04/bndes-prepara-novo-credito-emergencial-com-participacao-da-uniao-em-ate-r-20-bi.shtml>

*Di Cavalcanti*  
*& Associados*  
*Consultoria Empresarial*

 *Ricardo Di Cavalcanti*  
 81 3326.1818  
 81 9.9963.0437